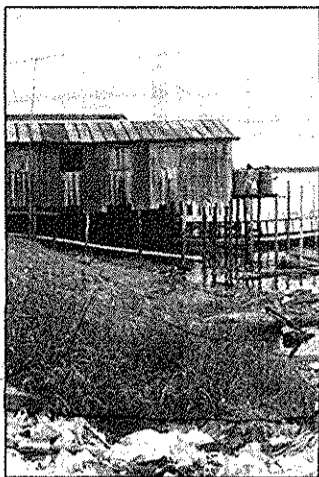


Gás natural de Urucu: benefícios e problemas

Vilmar Schneider *

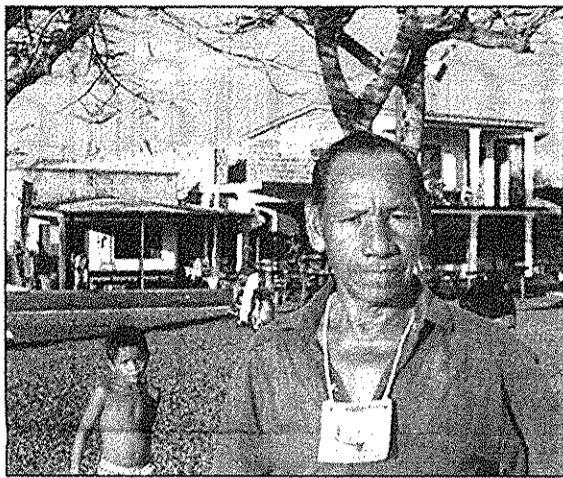


A pequena cidade de Coari, situada às margens do rio Solimões, no Amazonas, foi o palco do 1º Seminário sobre o Gás Natural de Urucu. O encontro foi promovido pela Comissão Pastoral da Terra do Amazonas e teve como objetivo debater o projeto de exploração de

gás implantado pela Petrobrás, como parte do programa Brasil em Ação (veja box). O Seminário contou com a participação de 135 pessoas, entre ribeirinhos, moradores da cidade, professores, agentes de saúde, representantes de organizações dos trabalhadores e entidades de apoio e assessoria. Estiveram presentes também representantes do estado de Rondônia, do Fórum das ONGs, bem com de entidades de Manaus.

O Seminário analisou o projeto e seus impactos sociais e ambientais a partir da experiência das comunidades afetadas pelo poliduto existente no trajeto de Urucu a Coari. A partir destas experiências foram discutidos os possíveis impactos da ampliação do projeto, que inclui a construção de um gasoduto neste mesmo trajeto, e no trecho de Urucu a Porto Velho e dali a interligação com o gasoduto que virá da Bolívia.

Ficou evidente que o projeto causou impactos de diversas ordens. Como aponta o Documento Final do Seminário: "O projeto da Petrobrás de exploração de petróleo e gás natural trouxe muitos problemas para a população. O município de Coari que já sofria com inúmeros problemas estruturais não estava preparado para absorver os impactos de um empreendimento dessa envergadura. Ainda que previsíveis os impactos não foram evitados ou minimizados. O descaso da Petrobrás em relação às propostas do EIA/RIMA, aliado ao imobilismo do Poder



Público local, permitiram que os impactos negativos atingissem violentamente o ambiente e a população de Coari. Não bastasse ter que arcar com todos os prejuízos ambientais e sociais, Coari se vê invadida por um projeto que explora uma reserva de recurso natural esgotável em 25 anos, sem sequer ter sido incluída entre os futuros usuários da energia gerada com o gás extraído de seu subsolo". (veja box sobre os impactos do projeto)



O curioso nisso tudo, é que a Petrobrás recebeu um certificado internacional por proteger ao meio ambiente, o ISO 14001, motivo de orgulho da empresa, exatamente em função do trabalho de extração de petróleo na bacia de Urucu. A ampliação do projeto, já em andamento, aumentará também os impactos na região, podendo afetar inclusive populações indígenas, na área do futuro gasoduto Urucu-Porto Velho. O projeto afetará mais diretamente os povos indígenas da região do Purus, como os Juma, do qual restam somente seis sobreviventes. Há ainda a possibilidade de

que a implantação da gasoduto atravessasse áreas de grupos indígenas não contatados.

Diante dessa realidade, os participantes do Seminário assumiram o compromisso de aprofundar o processo de conscientização, de organização e de intervenção diante do projeto local, regional e nacionalmente. Entre os encaminhamentos do Seminário estão a realização de palestras e encontros para conscientizar a população; a articulação da sociedade civil para pressionar o poder público local, estadual e nacional a atuar no monitoramento e fiscalização diante da destruição do meio ambiente e na reversão dos danos sociais causados pelo projeto; pressionar a Petrobrás para indenizar os ribeirinhos atingidos e informar às organizações quanto está repassando mensalmente ao município na forma de royalties e impostos (ISS). No mês de junho será realizada uma Audiência Pública no Congresso Nacional, em Brasília, para debater o projeto.

* Secretário da Comissão Pastoral da Terra

Histórico e descrição do projeto

A Petrobrás é a empresa pela e exploração da bacia petrolífera de Urucu, dando início às operações nos anos 80, quando o petróleo era transportado através de oleoduto até o rio Tefé, cruzando-o com balsas até a cidade de Tefé e de lá chegando a Manaus pelo rio. No início dos anos 90, foram realizadas pesquisas sobre as possibilidades da ampliação da exploração do petróleo e gás natural, aperfeiçoamento do sistema de escoamento e aproveitamento da produção de Urucu.

Foi escolhido um esquema alternativo que em abril deste ano foi modificado significativamente. Em lugar de um projeto de liquefação do gás natural, optou-se pela construção de um gasoduto de Coari para Manaus. As faixas de gasodutos Orucu-Porto Velho e Coari-Manaus ainda não foram definidas. As faixas sugeridas pelos estudos ambientais para o escoamento de hidrocarbonetos da região de Urucu são uma possibilidade.

O planejamento de novos projetos econômicos na Amazônia baseia-se em um modelo de uso intensivo de energia. A cidade de Manaus já é o grande consumidor de energia da região. Antes da decisão pelo projeto de gás natural de Urucu, havia duas alternativas para a produção de energia para Manaus: a energia hidrelétrica de Tucuruí (PA) e a da usina de Guri, na Venezuela. O problema com Tucuruí é que teriam que ser construídas novas estradas para os cabos de transmissão. O argumento a favor da segunda alternativa é que os cabos de transmissão de Guri para Boa Vista (RR) já estavam prontos, e que o prolongamento dos mesmos de Boa Vista até Manaus, causaria danos sócio-ambientais de pequena gravidade, pois não seriam necessárias. O gás de Urucu acabou sendo a alternativa escolhida porque o gás liquefeito em Coari e transportado pelo rio garantiria o abastecimento de energia não apenas de Manaus, mas de toda a região.

O projeto tem hoje, os seguintes componentes: Poliduto Urucu-Coari para transporte de petróleo e GLP (pronto); Terminal Solimões em Coari para armazenamento de petróleo e GLP (em construção, finalização em outubro); Aumento da capacidade produtiva de petróleo e gás natural em Urucu (Pólo Arara - conclusão em outubro); Gasoduto Urucu-Coari (conclusão em dezembro); Gasoduto Urucu-Porto Velho (início das obras em 99); Gasoduto Urucu-Manaus (início das obras em 99); Usina Termelétrica de Porto Velho (início das obras em 99, inauguração em 2000); Usina Termelétrica de Manaus (início das obras em 99, inauguração em 2000); linha de alta tensão Porto Velho-Rio Branco.

Impactos Sócio-ambientais

Entre os principais impactos ambientais estão: obstrução com represamento e assoreamento dos igarapés, ao longo do poliduto e gasoduto, com redução da população de peixes, contaminação da água e morte da vegetação nas áreas alagadas; operações de atracação e desembarque nas áreas de pesca e portos comunitários, causando contaminação da água e riscos de acidentes pela explosão; criação de barreiras para o deslocamento de animais silvestres, dispersão da caça ou seu confinamento entre o rio Urucu e o poliduto facilitando o abate predatório.

Os principais impactos sociais no município de Coari são: aumento da morbidade e colapso dos serviços de saúde pública; aumento dos índices de violência e criminalidade, como tráfico de drogas, agressões, prostituição e prostituição infantil; aumento do desemprego, da gravidez na infância e adolescência e surgimento dos sem-teto; agravamento dos problemas de saneamento básico, como aumento da produção de lixo e insuficiência da coleta, e insuficiência de água potável para os novos bairros.

Fotos: Vilmar Schneider

